

Adiada votação do projeto que legaliza área comercial

Defensores do plano original querem pressionar os deputados distritais

Marcos Brandão

Norma Moura

Marcada para ontem, a votação em segundo turno do projeto de lei dos *puxadinhos*, que regulariza as invasões em áreas públicas, acabou adiada. Uma nova rodada de discussões ocorrerá na segunda-feira.

A aprovação em primeiro turno do projeto suscitou polêmica. E promete barulho. Integrantes da associação Combras - Compromisso com Brasília, da qual faz parte o pioneiro Ernesto Silva, e do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal prometem marcar presença na reunião e pressionar os distritais para modificar o projeto, que autoriza o avanço até cinco metros nas laterais das lojas e de até seis metros nos fundos, além de uma padronização das edificações.

Defensores do projeto original das comerciais, conforme previsto por Lúcio Costa, são contra a oficialização da irregularidade. O fato é que os *puxadinhos* são uma realidade com a qual os habitantes de Brasília convivem há muito tempo.

Ocupações antigas

Há estabelecimentos que ocupam área pública há mais de 15 anos, como a Casa das Persianas, na 113 Sul, ou o restaurante San Marino, na 206 Sul. Outros expandiram seus negócios após a aprovação, no governo de Cristovam Buarque, do decreto que estipulou em seis metros o avanço permitido sobre a área verde atrás dos blocos comerciais das Asas Sul e Norte. O decreto acabou revogado, mas as edificações ficaram.

E o caso da maioria dos comerciantes, segundo Clayton Machado, presidente do Sindhobar, o sindicato dos hotéis, bares e restaurantes de Brasília.

- Como foi aprovado, cerca de 85% dos estabelecimentos em área pública serão contemplados com a



UNIVERSAL DINER - Restaurante da 210 Sul é um dos que precisará liberar parte da área já construída

lei - calcula - Os que aumentaram a área além dos seis metros o fizeram sabendo do risco. Mas eles são minoria - garante Machado.

E o caso do restaurante Universal Diner, na 210 Sul. O restaurante colocou Brasília no roteiro gastronômico há 10 anos. De lá para cá, o espaço ficou pequeno. A saída foi crescer sete metros para os fundos. Da forma como foi aprovada a lei, a proprietária, Mara Alcamim, será obrigada a realizar obras para regularizar a área.

- Diminuir o espaço que temos hoje seria inviável. Os fundos do restaurante são justamente o local preferido dos clientes - conta Renata Agostinho, gerente-geral do grupo Alcamim.

A rede da chef Mara Alcamim conta com outras duas lojas na mesma comercial. O restaurante Zuu é o único que não teria problemas para se adequar às regras. A fachada arrojada do restaurante respeitou o

limite de cinco metros nas laterais, e utilizou apenas dois metros nos fundos. O mesmo não acontece com o Quitinete, na 209 Sul.

Pedestres excluídos

O restaurante faz divisa com o Chiquita Bacana, um dos bares mais movimentados na atualidade. Os dois disputam espaço sob a marquise, praticamente inviabilizando a passagem dos pedestres. Segundo Renata, com a decisão de manter um corredor de dois metros de largura entre os blocos, o Quitinete terá que reduzir pela metade o número de mesas na lateral da loja. Ela calcula um prejuízo de cerca de R\$ 100 mil por mês, e a demissão de alguns funcionários.

- O trânsito de pedestres não é prejudicado de dia, pois não fechamos o toldo e há menos cadeiras. E à noite, praticamente não há circulação ali - explica - São restrições que podem inviabilizar o

negócio - teme a gerente.

Se aprovado na próxima segunda, o projeto de lei abrirá espaço para que os comerciantes iniciem o debate sobre a padronização dos *puxadinhos*. Segundo Machado, devem ser apresentadas três opções de arquitetura e material. Enquanto uma floricultura pode ter projeto que privilegie a estrutura metálica e o vidro, uma farmácia provavelmente optaria por estrutura em alvenaria, uma vez que os medicamentos não podem ficar expostos ao sol.

Em reunião ontem no Instituto Histórico e Geográfico do DF, pioneiros, técnicos em urbanismo e defensores plano urbanístico de Lúcio Costa discutiram as consequências da regularização.

- As agressões ao projeto original podem fazer a cidade perder o título de patrimônio da humanidade concedido pela Unesco - alertou o presidente do instituto, Affonso Heildoro dos Santos